

Relatório Anual 2017

**Cooperativa de Crédito, Poupança e
Investimento Vale do Piquiri Abcd - Sicredi
Vale do Piquiri Abcd PR/SP**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil**





Centro Empresarial Mostardelro
Av. Mostardelro, 322
10º andar – Molinhas de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5699
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Piquiri ABCD - Sicredi Vale do
Piquiri ABCD PR/SP
Palotina - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Piquiri ABCD - Sicredi Vale do Piquiri ABCD PR/SP ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Piquiri ABCD - Sicredi Vale do Piquiri ABCD PR/SP em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser correntes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

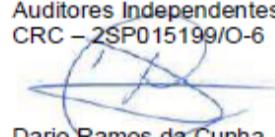
Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 26 de fevereiro de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Piquiri Abcd - Sicredi Vale do Piquiri Abcd PR/SP, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Piquiri Abcd - Sicredi Vale do Piquiri Abcd PR/SP
CNPJ/MF nº 81.099.491/0001-71

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE	1.273.589	1.160.103	CIRCULANTE	626.863	505.974
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	14.336	10.556	DEPÓSITOS	(NOTA 11)
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		556.021	607.519	Depósitos à Vista	209.381
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		16	32	Depósitos a Prazo	164.597
Tesouro Nacional–Recursos Crédito Rural		297	35		44.784
Correspondentes no país		2.220	1.943	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	318.036
Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)	553.488	605.509	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	32
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	641.905	496.887	Repasses Interfinanceiros	(NOTA 12)
Operações de Crédito		671.704	530.700		318.004
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(29.799)	(33.813)	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	2.369
OUTROS CRÉDITOS		50.418	39.933	Recursos em Trânsito de Terceiros	2.369
Créditos por Avais e Fianças Honrados		800	45		1.574
Rendas a Receber		2.873	3.015	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	14.505
Diversos	(NOTA 07)	47.989	37.340	Empréstimos País - Outras Instituições	14.505
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(1.244)	(467)		10.102
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 08)	10.909	5.208	OUTRAS OBRIGAÇÕES	82.572
Outros Valores e Bens		10.712	4.738	Cobrança e Arrecadação de Tributos	351
(Provisão para desvalorização)		(159)	-	Sociais e Estatutárias	4.284
Despesas Antecipadas		356	470	Fiscais e Previdenciárias	1.925
NÃO CIRCULANTE	350.273	221.102	NÃO CIRCULANTE	747.501	669.141
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		350.273	221.102	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	747.501
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	2.914	936	DEPÓSITOS	(NOTA 11)
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		2.914	936	Depósitos a Prazo	702.618
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	275.553	158.238	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 12)
Operações de Crédito		291.434	174.391	Repasses Interfinanceiros	32.263
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(15.881)	(16.153)		32.263
OUTROS CRÉDITOS	(NOTA 07)	3	2	OUTRAS OBRIGAÇÕES	(NOTA 14)
Diversos		694	650	Diversas	12.620
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(691)	(648)		12.620
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 08)	164	281		12.620
Despesas Antecipadas		164	281		12.620
INVESTIMENTOS	(NOTA 09)	39.132	33.569	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	249.498
Outros Investimentos		39.132	33.569	CAPITAL SOCIAL	(NOTA 16)
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 10)	23.271	19.735	De Domiciliados no País	109.733
Outras Imobilizações de Uso		39.491	31.170	(Capital a Realizar)	109.901
(Depreciação acumulada)		(16.220)	(11.435)		(168)
INTANGÍVEL	(NOTA 10)	9.236	8.341	RÉSERVAS DE SOBRAS	128.817
Outros Ativos Intangíveis		16.640	13.675		102.371
(Amortização acumulada)		(7.404)	(5.334)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	10.948
TOTAL DO ATIVO	1.623.862	1.381.205	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.623.862	1.381.205

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Piquiri Abcd - Sicredi Vale do Piquiri Abcd PR/SP
CNPJ/MF nº 81.099.491/0001-71

Descrição das contas	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não auditado)			01/01/2017 a 31/12/2017			01/01/2016 a 31/12/2016 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	106.390	18	106.408	197.285	32	197.317	170.228	3	170.231
Operações de Crédito	106.273	18	106.291	197.074	32	197.106	167.919	3	167.922
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	94	-	94	178	-	178	2.233	-	2.233
Resultado das Aplicações Compulsórias	23	-	23	33	-	33	76	-	76
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(51.857)	(949)	(52.806)	(107.722)	(1.776)	(109.498)	(139.350)	(1.103)	(140.453)
Operações de Captação no Mercado	(25.773)	(50)	(25.823)	(60.072)	(93)	(60.165)	(78.877)	(66)	(78.943)
Operações de Empréstimos e Repasses	(11.066)	(899)	(11.965)	(22.395)	(1.683)	(24.078)	(19.701)	(1.037)	(20.738)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(15.018)	-	(15.018)	(25.255)	-	(25.255)	(40.772)	-	(40.772)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	54.533	(931)	53.602	89.563	(1.744)	87.819	30.878	(1.100)	29.778
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/Dispêndios e Despesas Operacionais	(33.111)	4.690	(28.421)	(48.740)	8.793	(39.947)	(8.922)	8.059	(863)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	10.360	11.976	22.336	19.052	21.986	41.038	14.513	15.652	30.165
Rendas de Tarifas Bancárias	11.448	-	11.448	20.534	-	20.534	16.826	-	16.826
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(29.638)	(2.402)	(32.040)	(57.033)	(4.308)	(61.341)	(48.907)	(2.642)	(51.549)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	(31.330)	(3.474)	(34.804)	(58.838)	(6.239)	(65.077)	(48.939)	(4.009)	(52.948)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(151)	(606)	(757)	(402)	(1.119)	(1.521)	(255)	(789)	(1.044)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	26.067	389	26.456	63.265	441	63.706	92.832	1.013	93.845
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(19.867)	(1.193)	(21.060)	(35.318)	(1.968)	(37.286)	(34.992)	(1.166)	(36.158)
RESULTADO OPERACIONAL	21.422	3.759	25.181	40.823	7.049	47.872	21.956	6.959	28.915
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	85	-	85	89	10	99	1.649	24	1.673
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	21.507	3.759	25.266	40.912	7.059	47.971	23.605	6.983	30.588
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	971	971	-	-	-	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	569	569	-	-	-	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	402	402	-	-	-	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	21.507	4.730	26.237	40.912	7.059	47.971	23.605	6.983	30.588
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	-	7.059	(7.059)	-	6.983	(6.983)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	21.507	4.730	26.237	47.971	-	47.971	30.588	-	30.588
DESTINAÇÕES	-	-	-	(37.023)	-	(37.023)	(25.625)	-	(25.625)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(8.752)	-	(8.752)	(8.091)	-	(8.091)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.825)	-	(1.825)	(827)	-	(827)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(23.720)	-	(23.720)	(10.754)	-	(10.754)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(2.726)	-	(2.726)	(5.953)	-	(5.953)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	10.948	-	10.948	4.963	-	4.963

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Piquiri Abcd - Sicredi Vale do Piquiri Abcd PR/SP
CNPJ/MF nº 81.099.491/0001-71

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2016	89.120	85.664	6.948	181.732
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	6.889	-	(6.889)	-
Outras destinações	-	-	(59)	(59)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	2.489	-	-	2.489
Baixas de capital	(7.665)	-	-	(7.665)
Resultado do período	-	-	30.588	30.588
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(827)	(827)
Reserva Legal - Estatutária	-	10.754	(10.754)	-
Juros sobre o Capital Próprio	7.923	-	(8.091)	(168)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	5.953	(5.953)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	98.756	102.371	4.963	206.090
Mutações do Período	9.636	16.707	(1.985)	24.358
Saldos no início do período em 01/01/2017	98.756	102.371	4.963	206.090
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	4.916	-	(4.916)	-
Outras destinações	-	-	(47)	(47)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	2.451	-	-	2.451
Baixas de capital	(4.982)	-	-	(4.982)
Resultado do período	-	-	47.971	47.971
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.825)	(1.825)
Reserva Legal - Estatutária	-	23.720	(23.720)	-
Juros sobre o Capital Próprio	8.592	-	(8.752)	(160)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.726	(2.726)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	109.733	128.817	10.948	249.498
Mutações do Período	10.977	26.446	5.985	43.408
Saldos no início do período em 01/07/2017 (Não auditado)	101.814	102.371	21.734	225.919
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.355	-	-	1.355
Baixas de capital	(2.028)	-	-	(2.028)
Resultado do período	-	-	26.237	26.237
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.825)	(1.825)
Reserva Legal - Estatutária	-	23.720	(23.720)	-
Juros sobre o Capital Próprio	8.592	-	(8.752)	(160)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.726	(2.726)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	109.733	128.817	10.948	249.498
Mutações do Período	7.919	26.446	(10.786)	23.579

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Piquiri Abcd - Sicredi Vale do Piquiri Abcd PR/SP
CNPJ/MF nº 81.099.491/0001-71

	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não auditado)	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	32.713	51.416	49.156
Resultado do semestre/exercício	26.237	47.971	30.588
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	6.476	3.445	18.568
(Reversão) Provisão para operações de crédito	3.673	(4.286)	13.577
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	-	159	-
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	713	820	(56)
Depreciação do imobilizado de uso	2.653	5.219	4.272
Amortização do intangível	1.014	2.070	1.195
Baixas do ativo permanente	63	81	113
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	519	713	(53)
Destinações ao FATES	(1.825)	(1.825)	(827)
Dividendos SicrediPar	(334)	494	347
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(91.749)	(79.555)	54.934
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(894)	(1.978)	15.446
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	12.737	16	(11)
(Aumento) Redução em créditos vinculados	(168)	(262)	442
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	174	(277)	474
(Aumento) em operações de crédito	(171.838)	(258.047)	(97.842)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	20.248	96.531	5.352
(Aumento) em outros créditos	(8.751)	(11.800)	(7.429)
(Aumento) em outros valores e bens	(1.828)	(5.743)	(3.694)
Aumento em depósitos	28.575	86.977	129.850
Aumento em relações interdependências passivas	410	795	331
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	606	4.403	(1.121)
Absorção de dispêndios pelo FATES	-	(827)	(1.158)
Aumento em outras obrigações	28.980	10.657	14.294
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(59.036)	(28.139)	104.090
Aquisição de Investimentos	-	(5.563)	(4.131)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(5.883)	(8.836)	(9.573)
Aplicações no Intangível	(1.701)	(2.965)	(2.606)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(7.584)	(17.364)	(16.310)
Integralização de capital	1.355	2.451	2.489
Baixa de capital	(2.028)	(4.982)	(7.665)
Juros ao capital próprio	(160)	(160)	(168)
Distribuição de Sobras	-	(47)	(59)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(833)	(2.738)	(5.403)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(67.453)	(48.241)	82.377
Caixa e equivalente de caixa no início do período	635.277	616.065	533.688
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	567.824	567.824	616.065

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Piquiri Abcd - Sicredi Vale do Piquiri Abcd PR/SP ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 08/10/1988 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2017, está organizado por 116 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.575 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Na Demonstração de Sobras ou Perdas, os valores referentes aos descontos concedidos de crédito antes apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas foram transferidos de conta contábil, a qual passa a ser apresentada em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais devido a adequação da conta Cosif utilizada; os valores referentes as provisões e reversões das Coobrigações antes alocados em Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, atendendo a carta circular nº 3.782 emitida pelo Banco Central. Também os valores referentes ao Rateio da Confederação antes apresentados integralmente em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, foram segregados e parte dos valores passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, para melhor visualização da alocação dos gastos.

Os valores reapresentados estão demonstrados no quadro abaixo:

	2016 Original	Valor do ajuste	2016 Reapresentado
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(141.015)	562	(140.453)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(41.334)	562	(40.772)
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/Dispêndios e Despesas Operacionais			
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(52.598)	(350)	(52.948)
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(35.946)	(212)	(36.158)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 26 de janeiro de 2018.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota “Imobilizado de Uso e Intangível”, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logícias, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota “Imobilizado de Uso e Intangível”.

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2017	2016
Disponibilidades	14.336	10.556
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	553.488	605.509
Total	567.824	616.065

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2017 equivale a 101 % do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2017	2016
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.914	936
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	2.914	936
Total realizável a longo prazo	2.914	936

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	307.912	217.324	525.236	397.951
Financiamentos	36.801	41.099	77.900	44.727
Financiamentos rurais e agroindustriais	326.991	33.011	360.002	262.413
Carteira total	671.704	291.434	963.138	705.091

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	800	-	800	45
Devedores por compra de valores e bens	-	691	691	648
Títulos e créditos a receber (i)	35.671	3	35.674	25.094
Total	36.471	694	37.165	25.787

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2017	2016	2017	2016
Nível A	0,50	312.172	255.976	1.561	1.280
Nível B	1,00	513.520	321.180	5.135	3.212
Nível C	3,00	76.184	65.130	2.286	1.954
Nível D	10,00	48.695	29.429	4.870	2.943
Nível E	30,00	15.504	14.853	4.651	4.456
Nível F	50,00	7.668	10.243	3.834	5.122
Nível G	70,00	4.465	6.570	3.126	4.599
Nível H	100,00	22.095	27.497	22.095	27.497
Total (i)		1.000.303	730.878	47.558	51.063

Em 31 de dezembro de 2017 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 57 (2016 - R\$ 18).

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2017				2016
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	
Pessoas Físicas	10.451	88.565	113.063	150.856	362.935
Rural	1.426	25.622	299.943	33.011	360.002
Industrial	481	10.446	9.140	13.041	33.108
Comércio	2.550	42.440	42.862	49.786	137.638
Outros Serviços	2.041	27.153	31.992	45.434	106.620
Total	16.949	194.226	497.000	292.128	1.000.303
					730.878

d) Concentração das operações de crédito

	2017	%	2016	%
10 maiores devedores	50.987	5,10	51.371	7,03
50 devedores seguintes	108.860	10,88	79.499	10,88
100 devedores seguintes	111.519	11,15	78.898	10,79
Demais	728.937	72,87	521.110	71,30
Total	1.000.303	100	730.878	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2017	2016 (Reapresentado)
Saldo inicial	51.081	37.560
Constituição de provisão	25.255	40.772
Movimentação de baixados para prejuízo	(28.721)	(27.251)
Saldo final	47.615	51.081

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 7.048 (2016 - R\$ 14.138), foram registradas como “Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira”.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 32.696 (2016 - R\$ 20.651).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2017	2016
Adiantamentos e antecipações salariais	314	270
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	4.491	4.573
Devedores por depósitos em garantia	4.202	3.757
Impostos e contribuições a compensar	1.072	845
Títulos e créditos a receber	35.671	25.092
Valores honrados	603	448
Operações com cartões	107	152
Pendências a regularizar	259	207
Outros	1.270	1.996
Total Circulante	47.989	37.340
Devedores por compra de valores e bens	691	648
Títulos e créditos a receber	3	2
Total realizável a longo prazo	694	650

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móvels, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2017	2016
Bens não de uso próprio	10.712	4.738
Imóveis	10.523	4.701
Veículos e afins	55	37
Bens em regime especial	134	-
Despesas antecipadas	356	470
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(159)	-
Total Circulante	10.909	5.208
Despesas antecipadas	164	281
Total realizável a longo prazo	164	281

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 159 de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2017	2016
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	20.806	15.243
Sicredi Participações S.A.	18.323	18.323
Outras Participações e Investimentos	3	3
Sicredi Fundos Garantidores	3	3
Total	39.132	33.569

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Número de ações/quotas possuídas	5.953.638 ON	5.953.638 ON	3	3	20.806.349	15.243.655
	12.369.037 PN	12.369.037 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	2,09%	2,11%	1,83%	1,90%	10,84%	9,59%
Capital social	874.847	869.279	164	165	191.882	159.866
Patrimônio líquido	893.040	911.739	240.569	204.709	193.372	161.330
Lucro líquido do exercício	16.863	41.442	35.861	10.965	-	-
Valor do investimento	18.323	18.323	3	3	20.806	15.243

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2017			2016
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	39.491	(16.220)	23.271	19.735
Imobilizações em curso	-	3.046	-	3.046	794
Instalações	10%	13.494	(5.984)	7.510	7.689
Móveis e equipamentos de uso	10%	9.599	(3.421)	6.178	5.493
Sistema de comunicação	10%	605	(178)	427	377
Sistema de processamento de dados	20%	10.882	(5.836)	5.046	4.475
Sistema de segurança	10%	1.429	(472)	957	723
Sistema de transporte	20%	436	(329)	107	184
Intangível (i)		16.640	(7.404)	9.236	8.341
Investimentos Confederação		16.640	(7.404)	9.236	8.341
Total		56.131	(23.624)	32.507	28.076

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2017				2016
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	164.597	-	-	164.597	145.489
Depósitos a prazo	11.972	32.812	702.618	747.402	679.533
Total	176.569	32.812	702.618	911.999	825.022

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCIEROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2017	2016
Recursos do Crédito Rural	318.004	243.168
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	318.004	243.168
Total circulante	318.004	243.168
Recursos do Crédito Rural	32.263	10.590
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	32.263	10.590
Total exigível a longo prazo	32.263	10.590

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 9,5% a.a. com vencimentos até 15/11/2025, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2017	2016
Empréstimos no país - outras instituições	14.505	10.102
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	14.505	10.102
Total circulante	14.505	10.102

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de até 0,04% a.m. com vencimento até 22/03/2018.

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Cheques administrativos	10.048	20.494
Obrigações por convênios oficiais	16	5
Provisão para pagamentos a efetuar	13.556	9.498
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	4.819	4.106
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	4.803	3.855
Juros Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (ii)	755	1.298
Pendências a regularizar	2.486	147
Operações com cartões	34.886	23.912
Demais fornecedores	1.464	972
Credores diversos	3.179	2.582
Total circulante	76.012	66.869
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (ii)	12.620	12.620
Total exigível a longo prazo	12.620	12.620

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

(ii) As dívidas subordinadas elegíveis a capital refere-se a contratos de mútuo com cláusula de subordinação firmados em março de 2013 com vencimento em dezembro de 2021 pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi com o objetivo de alavancar as operações de crédito, possui taxa anual de 158,5% do CDI, pagos semestralmente"

NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2017	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2017
Trabalhista	435	558	(249)	744
Cível	1.012	657	(251)	1.418
Tributária	2.659	-	(2)	2.657
Total	4.106	1.215	(502)	4.819

Natureza	Probabilidade de perda	2017	2016
Trabalhista	Provável	744	435
Cível	Provável	1.418	1.012
Tributária (i)	Provável	2.657	2.659
Total		4.819	4.106

Em 31 de dezembro de 2017, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 2.471; R\$ 1.424 e R\$ 452 (2016 - R\$ 21, R\$ 1.152 e R\$ 457), respectivamente.

(i) A Cooperativa possui o processo de nº 5000041-11.2012.4.04.7016, onde busca junto ao Poder Judiciário uma forma de comprovar a ilegitimidade do processo da União contra a Cooperativa. Mensalmente era realizado depósito judicial referente ao valor de INSS a recolher das Cooperativas de Trabalho, em contra partida era feito a provisão do valor depositado judicialmente, o qual deixou de ser realizado após o julgamento do Recurso Extraordinário nº 595.838/SP datado em 17 de junho de 2015, que declarou a inconstitucionalidade da contribuição. O valor provisionado é de R\$ 2.249 (2016 - R\$ 2.249) e o processo aguarda julgamento de retratação pelo TRF4.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2017	2016
Capital Social	109.733	98.756
Total de associados	112.518	98.624

Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 10.977 (2016 – R\$ 9.636), sendo R\$ 13.508 (2016 – R\$ 14.812) via integralização de resultados e R\$ 2.451 (2016 – R\$ 2.489), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 4.982 (2016 – R\$ 7.665).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Piquiri Abcd - Sicredi Vale do Piquiri Abcd PR/SPP, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 8,65% em Conta Capital, no montante de R\$ 8.752, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Piquiri Abcd - Sicredi Vale do Piquiri Abcd PR/SP, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 65% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos iuros sobre capital próprio	47.971	30.588
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(20.148)	(12.847)
Exclusões / (Adições):		
Provisão resgate de milhas cartão	90	31
Provisão PPR	100	1
Receita com atos cooperativos	17.183	9.914
Juros sobre capital próprio	3.676	3.398
Outros	(901)	(497)
Subtotal	20.148	12.847
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	-

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2017	2016
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	2.914	936
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	553.488	605.509
Outros Créditos - Rendas a receber	1.866	1.651
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	5.433	5.594
Investimentos (Nota 09)	39.132	33.569
Intangível (Nota 10)	9.236	8.341
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	350.267	253.758
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	14.505	10.102
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	34.545	23.145
Principal e juros dívida subordinada (Nota 14)	13.375	13.918
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	178	2.233
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	12.125	9.965
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	58.336	82.138
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	24.078	20.738
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	3.055	2.537
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	20.989	15.787

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2017	% em relação ao total	2016
Depósitos à vista	183	0,11%	184
Depósitos a prazo	3.489	0,47%	4.274
Operações de crédito	8.034	0,83%	7.034

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2017	2016
Pessoas chave da administração	4.695	4.131

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2017	2016
Despesa de água, energia e gás	1.540	1.508
Despesa de aluguéis	9.500	8.494
Despesa de comunicação	3.635	3.355
Despesa de manutenção e conservação	1.639	1.207
Despesa de material	1.010	826
Despesa processamento dados	1.486	886
Despesa de promoções e relações públicas	5.082	3.725
Despesa de propaganda e publicidade	1.421	1.304
Despesa de seguro	448	648
Despesa de serviços do sistema financeiro	7.441	5.699
Despesa de serviços de terceiros	5.700	4.387
Despesa de serviços de vigilância e segurança	3.889	3.337
Despesa de serviços de técnicos especializados	1.976	1.683
Despesa de serviços de transpostes	5.813	4.483
Despesa de viagem	2.348	724
Outras despesas administrativas	12.149	10.682
Total	65.077	52.948

NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2017	2016
Recuperação de encargos e despesas	2.935	4.012
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	56.760	79.959
Reversão de provisões operacionais	2.631	7.651
Outras rendas operacionais	1.380	2.223
Total	63.706	93.845

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2017	2016 (Reapresentado)
Descontos concedidos em renegociação e crédito	4.049	7.138
Contribuição O.C.E.	192	175
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	1.919	2.067
Contribuição Confederação Sicredi	13.105	9.228
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	1.460	1.110
Encargos da administração financeira	315	440
Repasso administradora de Cartões	1.459	1.326
Depreciação e amortização	2.070	1.208
Outras provisões operacionais	4.308	6.640
Outras despesas operacionais	8.409	6.826
Total	37.286	36.158

NOTA 22 – COOBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Beneficiários de garantias prestadas (i)	293.768	266.630
Coobrigações em cessões de crédito	5	6
Total	293.773	266.636

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 23 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez, o alocação de capital e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistematicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistematicamente.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho “Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos”.

NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILEIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de

Limites operacionais	2017	2016
Patrimônio de Referência (PR)	250.979	213.254
Nível I (NI)	242.954	202.120
Capital principal - CP	242.954	202.120
Capital social	109.733	98.756
Reservas de capital	128.817	102.371
Lucros acumulados	10.948	4.963
Ajustes Prudenciais	(6.544)	(3.970)
Nível II (NII)	8.025	11.134
Letras Financeiras e Dívidas Subordinadas	8.025	11.134
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.413.542	1.093.288
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	4.667	2.905
Margem de Capital (i)	97.891	102.387
Índice de Basileia (PR / RWA)	17,76%	19,51%
Situação de Imobilização (Imob)	25.967	24.109
Índice de Imobilização (Imob / PR)	10,35%	11,31%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2017, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Moacir Niehues
Diretor Executivo
CPF: 969.145.139-53

Alisson Schach
Diretor de Operações
CPF: 024.281.579-06

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20